

AS LÍNGUAS DE MACAU

— A .VIAGEM PARA O SÉCULO XXI*

Maria Trigoso **

1. Entre os portugueses de Macau (excluindo neste caso os portu-gueses-macaenses, que me parecem, por temperamento e lucidez históricas próprias, estarem habitualmente acima de certas guerrilhas dos ditos expatriados) perpassam duas correntes de pensamento e acção (ou de sonho/pesadelo).

Ainda que à primeira vista radicalmente opostas, ambas se organizam em torno dum conteúdo linguístico. E também na forma como se expressam, face à respectiva língua da sua eleição, têm os seus pontos, muito portugueses, de contacto. Ambas tendem a definir-se mais pela negativa, oscilando entre a bravata e o lamento, refugiando-se frequentemente no sonho ou no pesadelo individual, contra a acção consequente, colectiva e organizada.

A primeira é a dos *portugueses-que-defendem-o-português*. É obviamente a mais popular, até porque partilha do apoio explícito ou implícito do discurso dos poderes instituídos. Para esta corrente é difícil admitir o que não se fez no passado, o pouco rendimento do que se faz no presente e a perspectiva dum futuro Macau com poucos vestígios dum português, que em tempos foi seu, e que o foi oficialmente ainda que não generalizadamente.

São tidos, e têm-se, como a encarnação do génio patriótico nacional, ciclicamente se empolgando, quando de cima toca ao alistar na «batalha pela língua portuguesa». Nas épocas de refluxo indignam-se com as pontuais derrotas, a falta de resultados, censuram a falta de vontade política. Pessoas de cultura que são, humilha-os particularmente que na Universidade de Macau, propriedade do governo português de Macau, não exista uma Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa. Curso, claramente, de Português como língua estrangeira, destinada a chineses e que possa deixar o português, no meio académico, com o

* Artigo elaborado em Janeiro de 1995.

** Assistente na Universidade de Macau.

estatuto especial de importante língua de cultura em geral e da cultura macaense em particular. Dói-lhes que se tenha deixado o português arrastar-se por lá, e na maioria dos cursos, como um frete obrigatório para os alunos, três escassas horas semanais sem brilho nem futuro a qualquer prazo. Exaltam-se com o facto incontroverso de que, mesmo as licenciaturas que, além do diploma, dão emprego na Administração, nem a essas sequer, terem alguma vez sido dadas as condições para formar os quadros bilíngues, seu objectivo político confessado. Quanto mais especialistas ou investigadores em estudos portugueses...

Paralela, mas aparentemente oposta a esta campanha de venda assegurada na praça pública portuguesa, corre a outra corrente linguística portuguesa, a dos *portugueses-que-defendem-o-chinês*. Sabendo-a de promoção difícil no mercado português das ideias, os seus adeptos, muito poucos de resto, adoptam geralmente um comportamento envergonhado, falam em surdina, e só criticam duramente tudo o que não se faz em prol do ensino do chinês, entre membros ou amigos seguros da sua seita. Dantes eram tidos por excêntricos, agora sabem-se vistos com suspeição, não se sabendo o que querem — empregos? chefias? ociosidades pagas? Mal estar social que não impede a causa de vir, recente-mente, a registar algumas novas adesões.

Os primeiros, com a segurança de defenderem a língua que é a sua, e a convicção de que trabalham para os outros, facilmente e sem complexos, transformam o português num orgulhoso cavalo de batalha. Os segundos, cavaleiros duma causa que parece perdida, tendem a tratá-la como uma sua dama altiva e inacessível, mal se atrevendo a pronunciar-lhe o nome em público, envergonhados e receosos de que os acusem de só pensarem nos seus amores próprios.

Na verdade, os *portugueses-pelo-português*, a partir de agora designados pela sigla PPP, estão do lado do ENSINO, geralmente são ou projectam-se na imagem do PROFESSOR. O que implica uma certa conotação de poder, são tomados como «situacionistas». Os *portugueses-pelo-chinês*, a partir de agora designados por PPC, estão do lado da APRENDIZAGEM, geralmente são ou projectam-se na imagem do ALUNO. Caem facilmente na alçada da contestação, são tidos como «oposicionistas». Há, evidentemente os que tendo um pé lá e outro cá, são por vezes forçados a tomar um partido contra o outro. São estes que demonstram sinais mais alarmantes de divisão de personalidade.

Tanto os PPP como os PPC recorrem aos 400 anos de História de cruzamentos culturais, em Macau, e à inexplicável desertificação cultural que se foi verificando em Portugal para salientar o que se devia fazer e para explicar o que não se faz. Só que uns para condenar, alto, o relativo fracasso da Lusofonia, os outros para denunciar, baixo, o total desinteresse pela Sinologia.

Se para uns o mínimo que se poderia fazer nestes últimos anos era deixar CÁ, alguma coisa, para os outros, o mínimo seria levar para LÁ o mais que se pudesse. Separa-os afinal a distância que vai entre o «impingir» e o «açambarcar»...

E aqui, os PPC, costumam sorrir do que acham ser o quixotismo dos PPP, não deixando de acentuar que, se a Portugal não estava destinado deixar aqui a sua língua, como aconteceu noutras paragens, deveria o nosso país, aberto e adaptável como adoptou proclamar-se, saber inver-ter o esquema habitual, e propor-se, colectiva e organizadamente, para levar consigo a língua e a cultura do país outro. Contributo para o enriquecimento nacional, assente na pacífica transferência de bens orientais, nada desconhecido, de resto, da comunidade portuguesa de Macau. Só que desta vez dirigido para outra categoria de produtos, mais espirituais, e que insistem os PPC, em Portugal, em termos culturais nacionais fazem alguma falta.

Tal como os seus adversários tendem a culpar a Universidade de Macau, ainda que acentuando o seu outro lado — ser uma Universidade na China. Para lamentarem a não existência duma licenciatura de estudos chineses, de língua chinesa, como língua estrangeira, que forme os sinólogos portugueses que todos reconhecem não existir. Perguntam-se sobre as razões por que não haverá, na Universidade de Macau, programas conjuntos, entre o Instituto de Estudos Portugueses e o Departamento de Chinês, post-graduações em língua, cultura, história, literatura, linguística chinesas ou numa perspectiva comparativista com as mesmas áreas em português.

Mais acham os PPC que, e ao contrário do que tem sido dito, feito e agora escrito, *deveriam ser os funcionários desintegráveis de Macau os que mais deveriam beneficiar, a partir de agora, de oportunidades de estudo, bolsas, anos sabáticos, em suma tudo o que lhes permitisse, no pouco tempo que lhes resta aqui, onde isso é fácil, aprender, aprender e aprender, para si próprios claro, mas, por inerência óbvia, para Portugal.* Os que continuarão integrados em Macau, ironizam os PPC, não precisariam de tanto, uma vez que, cá ficando, assim como assim teriam de certeza tempo e oportunidade para irem aprendendo.

Resumindo, consideram os dois grupos, aparentemente rivais, que as Administrações de Macau tendem a olhar administrativamente, vendo pouco à frente do todo poderoso nariz administrativo, logo caindo numa perspectiva redutoramente macaense, que esquece a perspectiva cultural mais global e portuguesa, macaense também mas em lato e superior sentido.

E assim, por vias diferentes, mas muito iguais, vão os PPP e os PPC vendo o sonho, genuinamente patriótico, de que se alimentam, a trans-formar-se, dia a dia, em pesadelo que os destrói.

Este é um processo que, segundo os seus intervenientes, se passa fora das esferas da Administração. Ainda que necessariamente lhe sofra os fluxos e refluxos. Na verdade, entendem-na ambos como uma questão cultural no melhor sentido da palavra. Assim, e por mais respeito que lhes mereçam as actuais batalhas, como a localização, o bilinguismo, a transição, os quadros e a integração, os dirigentes formados e os a formar, estes cavaleiros do PPP e do PPC fazem questão de acentuar que outra é a sua guerra. Para cujo financiamento precisam, no entanto, da

Administração. Como de pão para a boca. E, assim, por meras questões táticas, têm colaborado nas batalhas do dia, continuando a estar dispostos para outras alianças pontuais que lhes pareçam ir no sentido do ensino do português a chineses que efectivamente o queiram aprender, ou da aprendizagem do chinês por parte dos portugueses que queiram ir mais longe do que a chefia do serviço.

Em suma, porque entendem que a actual perspectiva meramente administratizante do ensino das duas línguas, *à la longue* pelo menos, tende a matar o verdadeiro e espiritual interesse dos alunos, por elas, e pelas culturas outras que elas são e veiculam, os dois grupos de portugueses tendem isoladamente a sentir-se genuinamente descrentes e magoados.

Entre os PPP há quem encolha os ombros quando ouve os sinos tocarem outra vez a rebate, achando, como alguém disse uma vez, que «já dei para aquele peditório». Entre os PPC a incredulidade é de que nem vale a pena chegar a pedir...

Ouvem-se com alguma frequência, desabafos do género: «*Canali-zar o melhor do talento e ciência nacionais apenas para ensinar a algumas dezenas de chineses a gramática necessária e o vocabulário específico que permita a sua colocação num posto administrativo?*». E como, eco ao contrário, do outro lado: «*Dirigir a reconhecida aptidão nacional para as línguas estrangeiras, a proclamada capacidade por-tuguesa para a miscigenização cultural, apenas para treinar alguns funcionários públicos do Sul a exprimir-se mais ou menos correctamente na língua do Norte, admitindo de caminho e a contra-gosto, que outros funcionários portugueses aprendam o rudimentar chinês que os tornaria, só oficialmente, bilíngues, sempre e só para continuarem a servir a função pública?*». Valerá a pena? Sobretudo nestes dois casos em que a alma, como a letra, das duas línguas em questão, está longe de ser pequena.

Este é o panorama do lado português, enfim como ele é traçado por aquele reduzido número de portugueses, que por temperamento ou duração da sua estadia em Macau, aqui acabou por se instalar espiritualmente, dos que em Macau deitaram raízes, as raízes do seu crescimento, mesmo sem disso se aperceberem. Dos que adquiriram o sentimento de pertença ao lugar, tão difícil de explicar mas tão fácil de identificar.

2. Do lado chinês, eventualmente, as contradições internas não serão menores. Não sendo porém do nosso foro nem da nossa competência, o que verdadeiramente interessa é o que para fora resulta de consonância/dissonância face às nossas posições.

Até há pouco tempo eram claramente os PPC, que no campo chinês, dispunham da mercadoria facilmente vendável. À parte o ligeiro incómodo, neste caso inescapável, de quase sempre terem de definir por que chinês torciam, a cooperação dos PPC com os chineses era notável e os sinais de encorajamento que vinham desse lado, constituíram sempre a única nota de esperança neste grupo de apaixonados por uma causa, ou perdida ou que acabaria por os perder a eles.

Nessa altura, os PPP eram mal aceites pelos chineses, e só por causa da proverbial boa educação dos estratos superiores ou pela chamada barreira linguística, nos estratos ditos menos favorecidos, não eram claramente hostilizados. Na verdade, ainda que dizendo sempre que sim, sempre que lhes era possível, os chineses remavam contra a maré do ensino do português. À parte, talvez, um qualquer grupo de excêntricos, que como os PPC, trabalhassem numa semi-clandestinidade e de cuja existência ninguém, cá deste lado, suspeitasse.

Contra-argumentação que relativamente numerosos eram já os alunos matriculados nos cursos não obrigatórios de português, na Universidade e fora dela. Não é o número que estou a pensar mas na argumentação geralmente dada, a vários níveis, para aprender o português — num mar de vozes afirmando que era tudo um disparate, que o inglês é que devia ser o português, se já servia agora para pouco, depois, então, não serviria para nada, ouviam-se de facto, algumas fracas vozes, admitindo que para se progredir numa carreira administrativa era preciso aprender português. E que como a administração portuguesa pagava muito melhor...

Foi nesse tempo, que não terá três anos, que um bem humorado professor universitário, com um doutoramento na Sorbonne, professor convidado na Universidade de Macau, deixou estupefacto um par de PPCs, que quase lhe pediam desculpas pela pátria teimosia, tardia, no português, com a seguinte tese: dado o facto de Macau não ser Hong Kong no tocante ao democrático número de passaportes portugueses dados a chineses, o mínimo que o governo de Macau poderia fazer nestes últimos anos coloniais, para se redimir dum passado de total desleixo pelo ensino da sua língua, era ensinar agora maciçamente o português, com vista a facilitar a emigração para o Brasil, sobretudo, mas também para os países africanos de língua portuguesa, países onde havia boas possibilidades de singrar na vida.

Entretanto, muito ao de leve, foram começando a surgir indícios de mudança. Menos dos alunos e mais de técnicos chineses da administração, ou mesmo professores de chinês a portugueses. Insistindo sempre na defesa do chinês, de vez em quando faziam o português aflorar também no seu discurso, com o argumento neutro de que, sendo também uma língua oficial de Macau, seria útil para os chineses aprendê-la.

De Pequim iam entretanto chegando «técnicos» da língua portuguesa. Para Pequim partiam contingentes de candidatos a «técnicos» da língua chinesa. O discurso chinês para oficial, em Macau, bem como o mais privado dos convívios sociais e das privadas confissões entre amigos, notava-se, ia oscilando cada vez mais, da inicial defesa da implementação do chinês, para o apoio ao bilinguismo. Que acaba por se instalar como o principal lugar comum de todo o discurso de e sobre Macau.

Enquanto os PPP pareciam ganhar terreno no campo «adversário», os PPC sentiam-se a perder pontos. Efectivamente, um português capaz de fazer a tradução dum texto chinês para português, ou suficientemente

erudito para ler um documento histórico chinês, no original, pode, objectivamente, ser inicialmente sentido como um rival pelo colega chinês que, no meio administrativo ou no meio académico, tinha até ali dominado sozinho todo o terreno. Contam alguns PPCs que sentiram o antigo e sincero encorajamento a tingir-se por vezes duma leve sombra de irónica complacência.

Simultaneamente, e por um lado, a presença e o trabalho em Macau, de chineses licenciados em universidades chinesas e que dominam o português, na maioria dos casos melhor do que os alunos dos cursos ministrados por portugueses, tanto em Macau como em Portugal, vem também dificultar a vida aos PPP, agora confrontados não só com a sua própria crítica, mas também com a crítica, mais dura de roer, do outro.

Por outro lado, começam pela primeira vez, a aparecer na cena, já não anónimos alunos ou dirigentes administrativos, mas intelectuais chineses de reconhecido mérito internacional, que tomando Macau como a sua terra, por nascença ou pelo tal sentimento de pertença, vêm defender junto de intelectuais portugueses, pelo menos (e de que maneira justa e firme), o ensino do português¹. Ao contrário da brinca-deira da emigração, o que os move é o desejo da permanência, nomeadamente de Macau com a sua identidade própria. Não os ouvimos dizer que quanto mais pessoas aprenderem português melhor (embora também não percam tempo a desmentir quem o afirma). Ouvimo-lo a exigir dos portugueses, sejam eles PPPs ou PPCs, que lhes ensinem português. E que lhes ensinem português de forma eficaz e expedita. Um português orientado sobretudo para a leitura, que lhes permita ler os textos da literatura, da cultura, os documentos da história, as memórias da arquitectura, as gramáticas e dicionários da língua, que, a par dos textos chineses, são a própria história de Macau, no que ela tem de único e que a torna diferente de qualquer outra cidade da China.

Tanto no ano passado, como neste ano lectivo foram muitos os intelectuais chineses, quase todos ligados à Universidade de Macau, que demonstraram o seu forte empenho pessoal na abertura dum curso com as características referidas. Um deles, actualmente envolvido num mestrado, que exige uma língua estrangeira, insiste, desde o ano passado em querer o português. Sem resultado.

Fora da Universidade, e, concretamente ligados a universidades chinesas, estão em curso outros trabalhos ligados à cultura macaense, tendo já pelo menos dois desses investigadores chineses locais, que já

¹ Veja-se por exemplo, o artigo de Yang Yun Zhong, da Universidade de Macau, publicado no AOMEN RI BAO, a 17 de Janeiro de 1995, no qual a importância da aprendizagem do português se faz equivaler à do inglês. E a comunidade macaense é referida como sendo aquela que dá a Macau a sua identidade única, que, se acentua, compete a todos preservar. Mediante, nomeadamente, a aprendizagem do português, a outra língua, não só oficial, mas também histórica e cultural de Macau.

dominam o português, repetidamente manifestado a necessidade da Universidade de Macau, no caso, o Instituto de Estudos Portugueses, lhes fornecer o apoio e a orientação de professores catedráticos, para a parte portuguesa do seu trabalho.

Resumindo, visto do lado chinês, o panorama do ensino da língua portuguesa, na universidade, poderia ser descrito assim: com excepção do justo empenho que «eles» demonstram em formar quadros bilíngues (que afinal só são assim assim), parecem andar tão empenhados em obrigar *chineses-não-interessados* a aprender português, tanto quanto estão entusiasmados em privar os *chineses-interessados* em aprendê-lo. Simultaneamente, parecem «eles» tão determinados a obrigar a aprender chinês (ou outra língua oriental como o japonês) a alguns desinteressados portugueses, (alunos de licenciaturas existentes ou candidatos a futuros mestrados), quanto dispostos a privar os que no mesmo contexto universitário, quereriam encontrar apoio e incentivo para o prosseguimento ou início dos seus estudos de língua e cultura chinesas.

Nós, filiados no PPP, PPC ou independentes, sabemos que não é verdade, e que qualquer dos grupos, como até a própria administração, todos gostaríamos de fazer outra figura. E de obter outros resultados.

Para isso, contudo, haveria que mudar alguns percursos, inverter rotas desajustadas, sobretudo inventar novos caminhos encontrados no trabalho comum, no cruzamento cultural entre a imaginação dos intelectuais macaenses — chineses e portugueses.

À Administração portuguesa do Território compete pagar esta viagem de Macau para o século XXI.

